

CAPITALISMO DEPENDENTE E AS MAZELAS ATRIBUÍDAS À EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Agone Inácia ALVES¹ amoneinacia@yahoo.com.br
Halline Mariana Santos SILVA² hallinemariana@hotmail.com
Suely dos Santos SILVA³ suelysilva@usp.br

Resumo: O presente artigo discute a questão educacional brasileira, inserida em um contexto maior do capitalismo dependente e periférico, utilizando como enfoque básico o pensamento de Florestan Fernandes. O centro de análise do autor foi pensar a questão em termos de formação da classe trabalhadora, com qualidade e acessibilidade aos bens universais, visando possibilitar a construção de uma sociedade democrática e livre.

Palavras-chave: capitalismo dependente, ensino brasileiro, Revolução burguesa brasileira e educação.

Abstract:

This article will discuss the Brazilian educational, inserted into a larger context of dependent capitalism and peripheral, using as primary focus the thinking of Florestan Fernandes. The center of his analysis was thinking it in terms of working-class formation, with quality and affordable in order to enable the construction of a democratic and free society.

Keywords: dependent capitalism, education in Brazil, Brazilian bourgeois revolution and education.

Introdução

A fim de nos deter a uma análise apurada do pensamento de Florestan Fernandes, faz-se necessário mostrar, principalmente, as suas contribuições no âmbito

¹ Doutora em Educação (UFG), Mestre em Sociologia (UFPR) e - amoneinacia@yahoo.com.br

² Doutoranda em Educação (UnB), Professora no Curso de Pedagogia UFG/Campus Jataí.
hallinemariana@hotmail.com

³ Doutoranda em Educação. (USP). Mestre em Educação (UFG). Professora de Sociologia da Educação (UFG/Campus Jataí). Membro do Grupo de estudos GETESE/FEUSP. suelysilva@usp.br

da Sociologia Crítica, cujo estatuto de ciência, ele buscou imprimir no Brasil. Ademais, a sua obra traz como marca, a reflexão sobre a realidade social brasileira, bem como o questionamento acerca das formas tradicionais de análise. Contém em suas obras conteúdos que discutem a dinâmica da sociedade, indo muitas vezes ao encontro do pensamento de contemporâneos intérpretes.

Outra marca desse pesquisador, presente em sua obra, é a questão do método aplicado, cuidado este que teve ao longo da carreira como pesquisador⁴, seja no tocante às pesquisas sobre os índios, escravos, abolição, teorias das revoluções – a exemplo do que considerou a revolução burguesa no Brasil – folclore, educação e organizações sociais, como à tese de doutoramento, sobre a função da guerra para os Tupinambás. Pensando em uma perspectiva dos oprimidos, pois também se considerava um⁵, criou um novo modo de interpretar a realidade social, visto que, evidenciou na sua obra, sujeitos invisíveis como; cidadãos comuns, trabalhadores pouco contemplados nas pesquisas de até então (**Camacho**: 1997).

(...) é fundamental a presença de grupos e classes sociais que compreendem a maioria do povo, descortinando um panorama social e histórico mais largo do que aquele que aparece no pensamento produzido segundo as perspectivas dos grupos e classes dominantes. É o caso do negro escravo e livre, isto é, do trabalhador braçal na lavoura e indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo. Ao lado da presença de índios, imigrantes, peões e outros a do negro na história social brasileira, desvendam perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico da sociologia, nas ciências sociais e em outras esferas do pensamento brasileiro (**Ianni**, 1996: 27)

A riqueza de personagens reais aparece sobejamente na obra de Fernandes, seja para entendê-los nos seus contextos sociais mais amplos, como pensando em formas de inserí-los em uma discussão maior em termos de inserção

⁴ Na primeira fase da sua vida acadêmica foi professor assistente de Fernando Azevedo e depois de Roger Bastide.

⁵ As origens de F. Fernandes marcam a desigualdade social presente no Brasil. Filho de empregada doméstica, de origem imigrante pobre, trabalhou desde os sete anos de idade, morando com a mãe na casa dos seus patrões, que se recusavam a chamá-lo pelo nome Florestan, por achá-lo sofisticado demais, alcunhando-o de Vicente. Em seguida foi atendente de lanchonete, dando continuidade aos estudos em uma idade superior aos seus colegas. Adentrou na Universidade de São Paulo para estudar Sociologia, tendo sido aluno de Roger Bastide, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, dentre outros renomados pesquisadores europeus que se instalaram no Brasil em ocasião da fundação da USP.

social. Com esse propósito, suas análises apontaram para outra direção, muito mais ampla, além de uma simples observação.

Ao se debruçar sobre a questão da forma, do caráter e dos meios da inserção social como objeto de pesquisa, Florestan chamou a atenção para o fato de que uma *sociedade livre e igualitária*, só seria possível a partir da apropriação do conhecimento estendido para todas as pessoas, conforme veremos na última parte dessa análise. Ianni, ao refletir sobre o significado da obra de Florestan Fernandes, assim se exprime:

A Sociologia se viu confrontada com as contradições da classe em expansão. Para poder apanhar tais contradições em suas condições, causas e efeitos, precisou adaptar as suas técnicas de observação, de análise e de explicação a um padrão de atividade que incorporasse a negação da ordem social. (idem: 41).

Nesse sentido, é perceptível uma grande preocupação do autor em pensar não em modos de uma Sociologia brasileira, mas em *uma Sociologia feita no Brasil e para o Brasil*. (Fernandes, 1994: 137). Entre os temas elencados para essa forma de fazer Sociologia, encontram-se a perspectiva da modernização e transformação social, sobretudo no que tange aos impasses gerados e dilemas vivenciados na sua constituição sempre tensionada.

A fim de explicitar em sua obra essas questões, manteve constante diálogo com os principais interlocutores da Sociologia, utilizando três correntes do pensamento sociológico em suas análises: Durkheim, Marx⁶ e Weber. Não deixou, contudo, de estabelecer contato com outros autores renomados, como Le Play, Simiand, Gurvitch, Mauss, Bastide, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyer, Malinowsky, Radcliffe Brown, Park, Burgess, Merton, Parsons, Wright Mills, Mannheim, dentre outros.

Houve, ainda, uma preocupação de Florestan em retomar em seus estudos, crítica ao pensamento brasileiro. Travou diálogos de forma explícita ou não, com outros intérpretes, literatos ou pensadores de outras épocas, não menos importantes como;

⁶ Marx, até pela perspectiva socialista presente, foi sem dúvida, quem mais influenciou o pensamento de Fernandes. Vê-se ao longo de sua obra, uma contínua interlocução com as obras de outros renomados marxistas, como Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci.

Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrogildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Luiz Carlos Prestes e outros escritores e cientistas sociais. (Ianni, 1987).

Homem apaixonado que foi⁷, tanto pela ciência Sociológica, como pelas defesas que fez enquanto parlamentar, o pensamento de Fernandes é carregado pelo que Demerval Saviani denominou de homem *publiscita*. Suas conclusões como intelectual foram inúmeras vezes traduzidas para discursos como parlamentar. Principalmente no momento em que se pensou em mudar a “feição” da escola pública, quando da adoção da nova Lei de Diretrizes e Bases.

Já bastante adoentado, escreveu uma série de textos e defendeu arduamente uma educação que possibilitasse a formação de um espírito de cidadania e de progresso social, cujos programas fossem voltados para uma boa escola pública e de qualidade. Mesmo após a sua morte, vários artigos, ainda não completamente acabados, foram publicados, expressando as suas idéias.

1. A revolução burguesa no Brasil.

Quando se trata da análise sobre o caráter da economia brasileira, os “alunos” de Florestan Fernandes ressaltam o destaque de sua produção intelectual:

Mais do que marca, indelevelmente, a produção de Florestan e atesta a originalidade da sua reflexão é menos a análise da transformação, mas, sobretudo, o relevo conferido aos entraves à modernização brasileira. São os empecilhos que conferem o tom dominante da discussão. É na ordem social competitiva que se dá a classificação, mas é no universo da produção que emerge a função estratificadora na acepção de Marx. (Arruda, 1996).

Contudo, encontra-se no cerne de grande parte da sua preocupação sociológica, buscar as bases que impulsionaram o que ele chamou de subdesenvolvimento e

⁷ O próprio Florestan Fernandes autodefinia como um sociólogo e militante socialista. Essa dupla militância era expressa em sua obra, cuja rejeição ao economicismo e dogmatismos presentes no chamado marxismo vulgar do qual se afastava constantemente.

dependência – *heteronomia*⁸ -, conceito derivado de Marx e Weber. Com o intuito de explicitar esse conceito, recorreu ao passado; dependente, escravocrata e periférico, determinado pelo que designou de capitalismo incompleto, tardio e subordinado ao imperialismo, cuja mutação burguesa, presente nas estruturas de dominação política, conduziram a uma autocracia burguesa, que, por sua vez, gerou um desenvolvimento econômico desigual, retardatário e dependente dos principais centros da economia mundial.

De uma estrutura dependente dos fatores *exógenos* dessa economia, originada do molde colonial subordinado à metrópole, criou-se no Brasil um tipo de dependência interna, empreendimento conseguido graças ao caráter revolucionário da burguesia nacional.

Florestan enxergou essa revolução burguesa como um fenômeno estrutural, que conseguiu se reproduzir de modos, relativamente variáveis, dadas as condições e circunstâncias, que coube à sociedade brasileira absorver, (re) configurando as tensões, ensejando o padrão de civilização, convertido em necessidade histórico-social.

De outra ótica, significou uma qualificação positiva, no que se refere à emergência e consolidação do capitalismo. Ao mesmo tempo, teve o seu lado negativo, no que se referiu à transformação do corolário da crise do poder. Fernandes teceu severas críticas aos que afirmaram que não houve uma revolução burguesa no Brasil, como se admiti-la, implicasse pensar a história brasileira de acordo com os esquemas repetitivos da história européia.

Fernandes mostrou que, no Brasil, houve outro modelo de revolução, diferente do modelo “clássico”, que teria conduzido ao capitalismo independente e à democracia política, conforme vivido na Europa. A revolução brasileira foi, antes de tudo, uma revolução periférica, com sérias conseqüências ao capitalismo dependente, na dominação externa e autocracia burguesa.

A revolução burguesa aparece como uma idéia de fronteira externa do capitalismo mundial⁹. O conteúdo essencial desse fenômeno foi a absorção de um

⁸ Esse conceito é, ao mesmo tempo, estrutural e histórico. Define-se a partir de um determinado sistema de produção. Como parte deste sistema, num determinado momento do seu desenvolvimento na história – do capitalismo monopolista – e como parte que é, uma de suas especificidades nessa fase (parte heterônoma ou dependente do capitalismo monopolista).

⁹ Capitalismo dependente é pensado como “forma periférica e dependente do capitalismo monopolista”.

padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, sociedade e cultura, adotando assim, um padrão europeu nessas esferas. Ao mesmo tempo em que se adotou esse tipo de revolução, assistiu-se também a uma universalização do trabalho assalariado e da expansão da ordem social competitiva.

O que houve foi uma revolução econômica autêntica, conseguindo articular, no mesmo *time* histórico, latifúndio e imperialismo. Segundo Florestan: “um desenvolvimento capitalista articulado não produz uma transformação capitalista de natureza diferente da que se pode observar nas sociedades capitalistas autônomas e hegemônicas. O que varia é a intensidade e os ritmos do processo”. (Fernandes, 1974).

Cabe à economia periférica estabelecer e definir os ritmos e liames da dependência, tornando impossível o desenvolvimento capitalista autônomo e auto-sustentado. Contudo, “o desenvolvimento capitalista logrado traz consigo, como nas sociedades centrais e hegemônicas, as mesmas tendências de organização e de evolução da economia, da sociedade e do Estado”. (idem)

Nesse sentido, não houve no Brasil um “modelo democrático” burguês de transformação capitalista. Frente a esta constatação, o autor buscou entender as “conexões específicas da dominação burguesa com a transformação capitalista”, nos casos em que a “dupla articulação” manteve-se preservada. O que houve segundo Fernandes, foi a implantação de um “modelo autocrático burguês de transformação capitalista”, tipicamente observado em formações dependentes do capitalismo periférico.

A tese de Fernandes mostra dois aspectos que não podem ser desprezados; em primeiro lugar, que a transformação capitalista apresenta, em todos os seus aspectos, um caráter burguês, segundo, que esse tipo de dominação é inevitavelmente independente das formas políticas usadas no seu exercício.

Assim, pode-se afirmar que o capitalismo periférico provoca desenvolvimento, ainda que desigual e dependente. Este modo de produção reproduz no seu âmago características estruturais e dinâmicas essenciais do capitalismo central, a exemplo da competitividade e da produção da mais valia. Como desdobramento ocorre ainda tensões iguais ou semelhantes.

A modernização não exclui, dessa forma, a existência de divergências quanto à aplicação desse modelo em países como o Brasil, que adotou desde o início um modelo

dependente, subdesenvolvido – haja vista o forte indicador da discrepância social entre os que possuem e os despossuídos – além do mais marcante que foi a da *imperialização* a que esteve sujeito.

Estruturalmente falando, combinou-se no Brasil, de um lado, a transformação capitalista, e, de outro, a dominação burguesa, ambos atados a laços que permitiram uma constante atualização da modernização a que esteve sujeito o capitalismo mundial.

2. Capitalismo dependente.

Conforme pode ser visto, Florestan Fernandes negou as explicações aceitas e utilizadas até então de que o subdesenvolvimento poderia ser visto como “atraso” ou outras concepções. Em geral, apontavam que a urbanização e industrialização incipientes¹⁰, fossem as forças motrizes da explicação das mazelas sociais. Condenou explicações que afirmassem que a superação desse subdesenvolvimento se daria via aceleração do crescimento econômico.

As bases explicativas elaboradas por Fernandes se dão no sentido de entender, como o sistema de classes sociais dinamizou esse modelo de desenvolvimento capitalista periférico e dependente. Não quis com isso dizer que a dependência se dava exclusivamente entre nações, visto que o Estado-Nação, ainda que fosse uma instância importante na análise, não era o principal agente histórico.

Desse modo, a explicação sociológica para o subdesenvolvimento deveria “ser procurada no mesmo fator que explica, sociologicamente, o desenvolvimento econômico sob o regime de produção capitalista: como as classes se organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir, aquele regime social de produção econômica”. (Fernandes, 1968).

A fim de melhor compreender o capitalismo dependente, faz-se necessário recorrer ao entendimento de como se constituiu o sistema de classes nas formações capitalistas, sejam elas; dependentes, autônomas ou hegemônicas. O papel central

¹⁰ Nesse sentido, ele atacou frontalmente principalmente os economistas cepalinos, como Raul Prebisch, que justificavam o atraso com base no modelo de desenvolvimento adotado.

dessas classes é a fonte central de sua teoria são também chaves fundamentais. A dependência não foi exclusivamente externa, conforme citado anteriormente, mas teve influências endógenas, passando da periferia para os centros hegemônicos.

Nesse propósito, características exógenas e endógenas se combinaram, sendo que umas não se fortaleceram sem as outras. Coube às burguesias locais articularem parcerias frente às burguesias hegemônicas, a fim de exercerem dois tipos de dominação: externa e interna. Foi dela também o papel de equacionar as tensões decorrentes dos choques de interesses, nem sempre conciliáveis.

O capitalismo latino-americano, cujo expoente é o modelo brasileiro, reproduziu formas de apropriação e expropriação inerentes ao capitalismo aos núcleos hegemônicos. Estratégias fundamentais para a acumulação de capital. As riquezas produzidas eram compartilhadas tanto entre as burguesias locais como com capitalismo mundial. Este achado da pesquisa de Fernandes exclui a idéia de monopolização do excedente econômico por alguns agentes privilegiados.

Embora o monopólio no controle do excedente não tenha ocorrido. Porém, houve de fato uma depleção de recursos à custa dos trabalhadores assalariados, que foram submetidos a situações constantes de sobre apropriação e sobre-exploração capitalistas. Essa evidência explica o crescente fosso que foi se formando entre os extratos sociais e o atraso cultural/intelectual de grande contingente populacional.

Houve de um lado; direção, controle, apropriação e expropriação econômica hegemônicas sobre as economias dependentes. Ao mesmo tempo em que se adotou um modelo de dominação interna, em que os setores sociais dominantes exploraram ao máximo as classes dominadas, com o intuito de garantir os seus próprios privilégios e partilha do excedente econômico.

Ao contrário do que se acreditava até então, a burguesia local¹¹ teve um papel atuante no sentido de formar um capitalismo dependente caudatário do capitalismo mundial. Esse extrato social não foi apenas coadjuvante nesse propósito, houve um padrão de acumulação de capital típico da relação desigual das burguesias envolvidas. Esse tipo de acumulação foi designada por Florestan como “sobreapropriação repartida

¹¹ Não é que existam duas burguesias, uma local e outra estrangeira, mas uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças às quais, interesses burgueses internos e externos, que se fundem. (Limoeiro Cardoso, 1995)

do excedente econômico”. O entendimento sobre classes, que são inerentes ao capitalismo, era o seguinte:

A classe social só apareceu onde o capitalismo avançou suficientemente para associar, estrutural e dinamicamente, o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem, fundada na universalização da propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado Nacional formalmente representativo. (**Fernandes**, 1968).

A sociedade capitalista é, então, uma sociedade aberta, em que a distribuição da população produz diferenciação e desigualdade social. Possui no seu interior ajustes reguladores de privilégio econômico, com inúmeras conseqüências sociais, culturais e políticas. Não se pode deixar de citar que a democracia burguesa também é inerente ao funcionamento do modo de produção capitalista, cujo papel decisivo está no controle de suas crises.

No Brasil, esse modelo de capitalismo, dependente e periférico, foi o que Florestan designou de capitalismo selvagem, já que conjugou de forma desigual, crescimento econômico dependente paulatinamente à exclusão e miséria da maioria da população, que sempre se encontrou alijada de quaisquer direitos sociais.

Quer se trate das metrópoles, das cidades ou do campo, as classes sociais propriamente ditas abrangem círculos sociais que são, de uma forma ou de outra, privilegiados e que poderiam ser descritos, relativamente, como ‘integrados’ e ‘desenvolvidos’. Tais setores coexistem com a massa de despossuídos, condenados a níveis de vida inferiores ao de subsistência, ao desemprego sistemático, parcial ou ocasional, à pobreza ou à miséria, à marginalidade sócio-econômica, à exclusão cultural e política. (idem).

A exclusão da maioria e a dominação pela minoria aparecem em uma organização profundamente desigual, que explica os direitos sociais como se fossem da natureza humana, e não fruto das desigualdades sociais advindas do capitalismo. Essa burguesia local não abriu, em nenhum momento, espaço para que as demais classes se

desenvolvessem autonomamente, a fim de formarem, em conjunto, a ordem social competitiva.

Exercendo uma imposição burguesa perversa, em que grande parte da população atingia níveis insustentáveis de miséria e espoliação. Essa burguesia foi incapaz de se contrapor às estruturas de dependência exógena, daí o fato de ter sido incapaz de assumir plenamente a revolução, ao contrário do que houve na Europa¹².

As análises de Fernandes destacam a possibilidade de autonomia das nações capitalistas dependentes. No entanto, esse modelo de dependência nunca foi pertinente ao Brasil, pois nunca houve o interesse da burguesia local em subverter a ordem em que se encontra instituída, bem como inverter o *status quo* das classes trabalhadoras.

Não há nenhuma possibilidade de mudança a curto ou médio prazo, em se tratando de sociedades dependentes. Tampouco, vislumbra-se uma ideia de universalidade de direitos humanos. A transformação capitalista, quando há, visa beneficiar apenas uma pequena minoria privilegiada.

No Brasil, o que interessa então às burguesias locais¹³ é conseguir vantagens relativas, isto é, migalhas da submissão ao imperialismo. Esforçam-se, constantemente, para que consigam o mínimo de equilíbrio de poder, em um cenário contaminado pela pobreza da população. Em um cenário assim as tensões são constantes e as soluções paliativas. A miopia social é decorrente da miopia política- estratégica.

Entretanto, essa incapacidade de ter uma visão macro do seu papel frente aos seus compromissos estrangeiros, fez com que a burguesia se tornasse muito mais debilitada do que forte. Isso porque, ao excluir e enfraquecer os outros protagonistas sociais, essa burguesia local ficou sozinha para enfrentar seus adversários.

Outra questão levantada refere-se à própria idéia de instigar a proletarização, sem aceitar a democratização que se impunha às nações do capitalismo desenvolvido. Para Fernandes, “restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras” (idem).

¹² Isso porque, lá, “as classes sociais submetidas à expropriação e espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos da renda e nas estruturas de poder”. (Fernandes, 1972)

¹³ Outra crítica é que essa burguesia é débil e vacilante enquanto classe, ao contrário daquelas das sociedades dominantes que são muito fortes e melhor articuladas.

Não sabendo que é no conflito e confronto entre as classes que repousa a dinamização do capitalismo e a conseqüente mudança social, ao se anular o papel desses dois elementos, vê-se que o que se fez foi mais reduzir do que fomentar transformações, ainda que próprias do estágio capitalista.

3. A função educadora no papel do capitalismo dependente.

Para Fernandes, a educação brasileira encontra-se submetida a esse papel de anular e impedir o crescimento das classes trabalhadoras, em detrimento dos interesses particulares da burguesia nacional. Por um lado, vê-se a submissão do modelo educacional às vicissitudes da economia exógena, com a importação de modelos, além da própria pressão imposta pela economia endógena, cerceando o seu desenvolvimento. Estes elementos no limite, forma pessoas incultas e incapazes de enxergar a situação de exploração a que são submetidas.

Sob estas condições de subcultura incorporam o exército de reserva, muito útil para o trabalho mal remunerado e subserviente. Por outro lado a educação – tomada aqui como o conjunto das incorporações oriundas do desempenho de todas as instituições; família, escola, Estado, partido, sindicato, promotoras/veiculadoras de cultura e informação – e a escola – enquanto instituição social criada para produzir/desenvolver/transmitir saberes científicos e populares – são apontadas por unanimidade como portadoras da capacidade de ascensão social.

A educação tanto ampla quanto a escolar/formal, longe de se prestar ao papel de instruir para o confronto e conflito, condições essenciais do desenvolvimento, age muito mais para ensinar as pessoas para a aceitação das regras e valores servis a uma determinada classe ou grupo. Mas, ao mesmo tempo em que pouco instrui e prepara os menos abastados, acaba por contaminar também a própria burguesia, pois ela se vê constantemente debilitada para pensar além das alternativas presentes. A tensão é cada vez maior, visto que a mobilidade para baixo têm sido mais freqüente que para cima.

Ao pensar no papel redentor da educação, no sentido de libertação das classes oprimidas para se imporem frente aos mecanismos de sua total alienação, Florestan

Fernandes dedicou-se aos estudos educacionais, aplicando um maior rigor e um novo padrão científico de análise.

Para Fernandes, o primeiro impulso de se pensar a educação empreendida no país, foi por ocasião do movimento abolicionista, quando se vislumbrou gerar “a primeira experiência histórica de populações urbanas ou rural-urbanas brasileiras, na esfera da secularização do pensamento e dos modos de entender o funcionamento das instituições” (Fernandes, 1958).

O papel da educação naquele período, cujos interlocutores eram os próceres do pensamento vigente da época¹⁴, imaginavam ser possível construir uma nação – numa concepção positivista, ou seja, idealizada – sem o povo, isto é, as pessoas concretas. Como a concepção é de sociedade ideal, deveria haver um grupo encarregado de defini-la. Ao povo caberia a função de estar nela passivamente. Eles não necessitariam desejar ou esperar nada visto que seriam desprovidos de qualquer conhecimento. Em outras palavras eram primitivos demais para saberem o que seria necessário para os propósitos nacionalistas de então. O papel da educação foi de tornar as pessoas capazes de tornarem-se subservientes, para isto, todas as instituições da escola aos escoteiros foram muito eficientes. À escola¹⁵, principal agência educativa coube a tarefa principal na conformação dos corpos e das mentes.

Outro momento de apurada análise da questão educativa foi quanto ao período de institucionalização da Universidade de São Paulo, especificamente na Criação da Escola Livre de Sociologia Paulista, um assistente de Fernando de Azevedo destacou a importância da preocupação deste em fazer uma Sociologia voltada à educação:

Nas sociedades de organização democrática, a luta pelo poder e pela preservação ou transformação da ordem social pressupõe a inclusão no nível intelectual médio, de conhecimentos que proporcionem alguma espécie de previsão sobre o curso futuro dos processos sociais. (Fernandes, 1958: p. 239)

¹⁴ Alguns intelectuais da época, como Oliveira Viana e Nina Rodrigues assim pensavam.

¹⁵ Sobre as formas, forças e mecanismos utilizadas pela escola para reproduzir sujeitos subordinados e alienados Patto (1996), dentre diversos outros autores, fizeram denúncias

Desse modo, Florestan entende que não dá para se pensar na organização da sociedade, sem se passar pelo entendimento da Sociologia e da educação. Ainda que herdeiro de Azevedo, rompeu com vários pensamentos deste, fundando uma nova Sociologia para a educação. Então, entender a educação passa pela compreensão do que foi a revolução social brasileira, que em tese, iniciou com a desagregação do sistema servil e com a implantação da República. Do ponto de vista das acepções almejava-se abrir espaço para uma sociedade democrática e igualitária de respeito à pessoa humana, à dignidade e aos méritos independentes de cada indivíduo. (Matui, 2001).

Naquele contexto e dadas as condições em que atuavam as instituições cujas ações pedagógicas são intencionais, a exemplo da escola, pouco contribuíram para a mudança. Primeiro, porque estavam muito mais atreladas às necessidades de impor o conformismo, segundo, nunca houve o intento de incluir todos por não ser este, um princípio que a estrutura comporte e ou deseje.

Outra questão apontada por Fernandes, que aprofundou a crise educacional foi a “preparação científica dos educadores” impregnada de uma função meramente “livresca e informativa”, submetida ao aparato conceitual formulado pela *intelligentsia* européia. Daí a necessidade de criar um rigor metodológico e científico para o trato dos problemas brasileiros. O autor, ainda, criticava a formação¹⁶ oferecida pela USP, acreditando que “os cursos monográficos eram de escolha arbitrária dos professores. O que era ótimo para simplificar as tarefas docentes, mas péssimo em termos daquilo que se deve aprender um estudante de ciências sociais”. (Fernandes, 1972)

Por ocasião do término do seu curso de mestrado, cuja dissertação “A organização social dos Tupinambás”, assumiu, no Jornal de São Paulo, no ano de 1946, uma sessão semanal dedicada aos estudos do “homem e a sociedade”. Nessa sessão publicou sobre a educação no interior do Brasil, aplicando o conceito de demora cultural para se referir ao atraso brasileiro. (Saviani, 1996). Nessas publicações, defendeu o papel do Estado em promover uma verdadeira guinada na proposta de implantar um sistema educativo acessível a todos. O dilema educacional brasileiro estaria concentrado na situação de subdesenvolvimento, o qual, ao mesmo tempo, coloca necessidades que exigem a intervenção e obstáculos para que essa intervenção se efetive. (idem)

¹⁶ Grande parte do corpo docente recrutado na França era oriunda dos Liceus. Catani (2003)

A estabilidade e a evolução do regime democrático estão exigindo a extensão das influências socializadoras da escola às camadas populares e à transformação rápida do estilo imperante de trabalho didático, pouco propício à formação de personalidades democráticas. (**Fernandes** Apud Saviani, 2006).

Nesse sentido, o dilema apresentado por Fernandes induz a pensar que é tributário das instituições deficientes de ensino, que requerem alterações complexas, onerosas e profundas e, no entanto, não podem contar senão com “meios de intervenção suficientes para fazer face, com expectativas definidas de sucesso, às exigências práticas da situação”. (Ibid, 76). Florestan Fernandes se dedicou, sobretudo, à Campanha em Defesa da Escola Pública desencadeada em 1959, em torno da discussão e aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, levou esse projeto e suas idéias revolucionárias país afora. Voltando às suas próprias origens pobres, disse:

O meu estado de espírito fez com que o professor universitário falasse em nome do filho da antiga criada e lavadeira portuguesa, o qual teve de ganhar a sua vida antes mesmo de completar sete anos, engraxando sapatos ou dedicando-se a outras ocupações igualmente degradadas de maneira severa, naquela época. (**Fernandes**. 1996: XIX)

A sua defesa da educação foi no sentido de defender, de fato, uma escola pública e de qualidade, que ampliasse a instrução para todos, indiscriminadamente, até o alcance da universidade. Foi essa militância, aliás, que o conduziu ao Congresso Constituinte, em 1986, participando intensamente da elaboração do capítulo destinado à educação na Constituição, que seria promulgada em outubro de 1988 e, posteriormente, na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96. Atuou também, diretamente em todos os espaços de discussão, até a sua morte, em 1995, quando ainda era deputado federal em segundo mandato. (**Saviani**, 1996: p. 82). Sobre essa participação nos debates sobre a educação e a riqueza de contatos que teve com diferentes setores da sociedade civil, afirmou:

Tive contatos intensos e profundos com os diferentes setores da sociedade brasileira, dos operários e estudantes às elites liberais e tradicionais, dos educadores, jornalistas e líderes sindicais aos maçons, espíritas, pastores protestantes e sacerdotes católicos. Descobri os véus de um quadro sombrio e doloroso. (Apud Saviani, 1996)

Das experiências que o marcaram sobre esse contato e a missão que lhe coube nesse objetivo de pensar em termos práticos, a educação, assim se posicionou:

Pela primeira vez em minha vida era provocado a definir a consciência burguesa em termos de uma equação concreta, que me ensinava que o controle burguês da sociedade civil estava bloqueando e continuaria a bloquear de modo crescente, no Brasil, a revolução nacional e a revolução democrática de recorte especificamente capitalista. (idem, p. 84)

Saviani lembra que a experiência prática de militância em defesa da escola pública foi decisiva na formação e amadurecimento de Florestan Fernandes, além da aquisição que aquele momento histórico lhe permitiu em articular investigações com o seu grupo de pesquisa, resultando na elaboração de escritos, como a *Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Consta nas suas auto-análises uma *mea culpa*:

O maior erro que ocorreu na USP foi o de conferir à antiga Faculdade de Pedagogia e à Licenciatura o segundo plano, de companheiros de viagem de terceira qualidade. Desde o início a Pedagogia deveria, pelo menos ter uma preeminência à Filosofia. (Fernandes, 1995)

Outro ponto contributivo de Fernandes foi demonstrar, na sua interpretação, a possibilidade de mudança:

Há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), e ao clamor dos que se proletarizam (também milhões), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma sociedade nova, como produção social dos oprimidos. (Fernandes, 1985)

Em entrevista citada por Saviani (1996), pouco antes de falecer, ao responder a uma pergunta sobre a globalização e a economia, Fernandes se posicionou:

Os efeitos previsíveis desse processo em marcha é a herança bárbara que se choca com as aspirações de igualdade, liberdade, democracia, cidadania, universalização da educação de qualidade e tudo o mais. (...) Os socialistas não são, como muitos insistem, equivalentes dos dinossauros em busca de nova glaciação. Ao contrário, detêm os meios de análise dos processos que estão em efervescência e, ao mesmo tempo, lutam pelas alternativas que restam à humanidade em virtude da incapacidade do capitalismo de responder positivamente às exigências mínimas do viver coletivo com dignidade.

Passada uma década é suficiente para analisar que infelizmente Fernandes foi forçado pelas evidências dos fatos da ocasião a apostar que as ações dos Movimentos Sociais em ebulição sinalizavam alguma possibilidade. Não viveu ele para ver que uma década depois os Movimentos Sociais foram praticamente “engolidos” por não resistir a dois mandatos sucessivos do Partido dos Trabalhadores e, no limite, sucumbiram ao poder tanto de força quanto de argumentação/cooptação e dinheiro/benesses. Atualmente ao que parecem perderam todo tipo de força coletiva e também de simpatia.

Considerações finais:

Este trabalho resultou de um esforço de reconstituir uma parte da obra de Florestan Fernandes, abordando questões que permearam o seu pensamento como; capitalismo dependente e periférico, revolução burguesa, educação emancipadora. Mas, principalmente, objetivou mostrar quais os desafios se apresentam para educadores com vistas a ações pedagógicas que de fato incluam a população nos seus propósitos formadores.

Descrevemos que o sistema de ensino brasileiro alcançou alguns avanços no século XX, a exemplo do capítulo da CF de 1988, da LDB 9394/96, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da quase universalização da oferta de vagas, entre outros não conseguiu alcançar de fato e de direito as necessidades educacionais das classes

trabalhadoras. Não conseguiu atendê-las em uma escola adequada que desenvolva todas as potencialidades e também acessível em todos os níveis.

Ter a escola como coisa séria com verba relativa aos objetivos de formação, e não como custo/benefício. A qualidade do ensino é o desafio posto. Nesse sentido, Florestan Fernandes apontava que somente em vias da democratização da escola pública e da apropriação do conhecimento por todos é que seria possível uma sociedade livre e igualitária.

Assim, somente com escolas/universidades com estrutura adequada para ocorrer às ações pedagógicas seria possível adaptar à sociedade local às inovações e às tendências de desenvolvimento econômico e avanço social, fazendo com que se desfizesse o capitalismo dependente, que, de uma maneira ou de outra, é o grande empecilho do desenvolvimento da sociedade como um todo.

Somente pelo veio educacional seria possível, de acordo com as análises de Florestan, esmagar as barreiras que separam o Brasil de outras nações desenvolvidas. Barreiras essas que impedem a construção de uma sociedade democrática e avançada, em termos de distribuição social.

Referências Bibliográficas:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Revisitar Florestan. In **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**. São Paulo (ANPOCS), ano 11, n. 30, p. 11-15, fev, 1996.

CAMACHO, Thimóteo. Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil. In: **Estudos de Sociologia**. N 2, vol III, 1997.

CATANI, Afrânio Mendes. A universidade brasileira, a USP e a aliança entre o pessimismo da inteligência e o otimismo da vontade. IN: *Revista da USP, São Paulo*, v. 60, p. 52-67, 2003.

FERNANDES, Florestan. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo: Nacional, 1967.

_____, **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____, **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____, **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

_____, **Brasil: em compasso de espera, pequenos escritos políticos.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, **A questão da USP.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____, **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____, **Ciências Sociais na ótica do intelectual militante.** Estudos Avançados, São Paulo (USP), v. 8, n. 22, p. 123-138, set-dez, 1994.

_____, **Entrevista à Folha de S. Paulo.** Caderno Mais! 20 ago. 1995.

IANNI, Octávio. “Sociologia Crítica”. In O Saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo: UNESP, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **A Sociologia de Florestan Fernandes.** In **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, São Paulo (ANPOCS), ano 11, n. 30, p. 23-28, fev 1996.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e Revolução social em Florestan Fernandes. Instituto de estudos avançados da Universidade de São Paulo. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos.

MARTINS, José de Souza. Florestan Fernandes: Ciência e política, uma só vocação. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo (ANPOCS), a. 11, n. 30, p. 15-22, fev 1996.

SAVIANI, Demerval. Florestan Fernandes e a educação. In *Estudos avançados*. A. 10, n. 26, 1996.